

ACTAS

Assembleia Geral Ordinária Ata n.º 48, de 26 Março de 2024

Aos vinte e seis dias do mês de Março de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, nesta cidade de Cantanhede e no Auditório da Instituição, reuniu em segunda convocação a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Cantanhede, sob a presidência do seu Presidente Dr. Luís Filipe Garrido Pais de Sousa, acompanhado pelo Vice-Presidente Eng.º Mário dos Santos Cartaxo e pela Secretária Professora Maria Lucília Machado Negrão Pereira, nos termos da alínea b) do número dois do artigo vigésimo segundo do Compromisso desta Irmandade, conforme convocatória de oito de Março corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Ponto único – apreciar, discutir e votar o Relatório de Atividades e Contas do Exercício do ano económico de 2023 (inclui Parecer do Conselho Fiscal e Certificação Legal das Contas pelo Revisor Oficial de Contas). Feita a contagem e analisada a lista de presenças, verificou-se que se encontravam presentes dezanove irmãos. O Presidente declarou aberta a Assembleia, saudou todos os irmãos e deu as boas-vindas ao irmão Dr. Ilídio Manuel da Fonseca Cruz Oliveira, recentemente admitido e que se encontrava presente. Ainda antes da ordem de trabalhos, formulou votos de pesar pelo recente falecimento da irmã Lucília Murta. Seguidamente deu a oportunidade aos irmãos para, querendo, usarem da palavra, expondo quaisquer assuntos que julgassem de interesse. Como nenhum se manifestou, entrou-se de imediato na ordem de trabalhos, tendo sido dada a palavra ao senhor Provedor o qual, de forma detalhada, fez a apresentação do Relatório das Atividades que tiveram lugar durante o ano económico de dois mil e vinte e três. Nessa sua exposição salientou as causas exógenas que contribuíram para os débeis resultados da execução financeira, traduzidos num resultado líquido negativo do exercício, tais como as tensões geopolíticas causadas pelos conflitos no Médio Oriente e Guerra na Ucrânia, que muito contribuíram para a volatilidade dos mercados financeiros e incerteza económica em todo o mundo. A nível nacional, salientou a importância que a instabilidades política e as constantes alterações legislativas tiveram no financiamento público da Instituição. Também a taxa de inflação persistentemente elevada aumentou as dificuldades financeiras que a Santa Casa enfrentou. Reconhecendo que a execução orçamental do ano de dois mil e vinte e três se situou abaixo das expectativas, com défice financeiro considerável, salientou, todavia, a celebração do quadringentésimo quinquagésimo aniversário da Instituição e as iniciativas que a Mesa Administrativa levou a cabo. Não obstante as causas externas apontadas para o débil desempenho económico e fluxos de caixa negativos, o Provedor reconheceu deficiências na gestão e administração que terão conduzido a alguma deterioração financeira e organizacional, salientando que a nova Mesa Administrativa assumiu o compromisso de reverter a tendência negativa nas contas, tendo já sido implementadas medidas concretas com vista a restabelecer a saúde financeira e a melhorar a eficiência operacional da Instituição. Tais medidas incluem a análise minuciosa dos processos internos, a identificação e correção de áreas de ineficiência e o reforço da supervisão e da transparência na gestão financeira.

Sectorialmente, e no que tange ao Setor de Obras, referiu que as obras previstas não foram executadas, à exceção da lavandaria e da Quinta da Varziela: na primeira foi feita uma intervenção destinada a aumentar a capacidade elétrica com o objetivo de instalar novas máquinas de lavar e de secar; na segunda, procedeu-se à instalação de uma estufa com seiscentos metros quadrados. No que respeita ao Setor Social, referiu que a Mesa deu continuidade ao trabalho programado nos respetivos planos de atividades das diversas respostas sociais e serviços, assinou novos acordos de cooperação com a tutela, deu cumprimento ao protocolo de colaboração celebrado com a Segurança Social para as cantinas sociais e manteve a Coordenação do POAPMC – Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, em conjunto com as entidades mediadoras (Câmaras Municipais de Cantanhede e de Mira, Fundação Ferreira Freire, de Portunhos, e Associação de Desenvolvimento Progresso e Vida da Tocha. Quanto ao Setor da Saúde, referiu o recrutamento de recursos humanos, a prestação de serviço dos profissionais na Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Longa Duração e Manutenção, por forma a cumprir os normativos emanados da Administração Regional de Saúde do Centro e do Instituto da Segurança Social. No que tange ao Setor Administrativo referiu a aquisição de cadeiras para o refeitório e de uma cama articulada para o ERPI Francisco Pinto de Carvalho e deu particular relevo à realização das comemorações dos quatrocentos e cinquenta anos da Instituição e as várias iniciativas que a Mesa Administrativa levou por diante: a exposição do espólio de arte sacra e a Gala Comemorativa, aberta a colaboradores e à comunidade. O Setor Agrícola foi também referido, com o anúncio da conclusão da plantação das vinhas no Freixial, a instalação da estufa para produção hortícola e a prossecução da exploração florestal de resina. No que se refere ao Serviço de Culto, salientou o dia litúrgico dedicado a Nossa Senhora da Visitação, assinalado com uma celebração eucarística presidida pelo senhor Reverendíssimo Bispo de Coimbra, D. Virgílio Antunes. Propôs de seguida que o resultado líquido negativo de quatrocentos e quarenta e sete mil oitocentos e oitenta quatro euros e sessenta e seis centimos, evidenciado na demonstração de resultados, seja transferido para “resultados transitados”. Não tendo qualquer irmão solicitado outros esclarecimentos, o Presidente da Mesa, a pedido do Provedor, concedeu a palavra à responsável pela contabilidade da Instituição, a contabilista certificada Joana Sofia Navega Cunha, a qual, com recurso a equipamento informático, fez a apresentação das contas do exercício económico de dois mil e vinte e três, dando explicação detalhada sobre todas as rubricas dos diversos serviços desta Instituição que se encontram refletidos na Conta de Gerência. Assim, verificou-se que os gastos totalizaram 4.164.520,08 € (quatro milhões cento e sessenta e quatro mil quinhentos e vinte euros e oito centimos) e os rendimentos o valor de 3.716.635,42€ (três milhões setecentos e dezasseis mil seiscentos e trinta e cinco euros e quarenta e dois centimos), pelo que o resultado líquido apresenta um valor negativo de 447.884,66€ (quatrocentos e quarenta e sete mil oitocentos e oitenta e quatro euros e sessenta e seis centimos), transitando para o ano corrente o valor de 672.659,40€ (seiscentos e setenta e dois mil seiscentos e cinquenta e nove euros e quarenta centimos), proveniente do saldo de caixa e depósitos bancários. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu todas as explicações dadas e questionou se algum dos irmãos se queria pronunciar sobre a Conta de Gerência. Interveio então o mesário Eng.º Rogério Paulo Simões Marques para manifestar a preocupação que sentia com o desequilíbrio entre os proveitos e os gastos evidenciados na conta de gerência, salientando não haver outra solução que não passe por um apertado controle dos gastos. Seguidamente a Secretária procedeu à leitura do parecer do Conselho Fiscal e do documento da certificação legal das contas elaborado pelo revisor oficial de

ACTAS

39

contas, ambos favoráveis à aprovação da conta de gerência. Após a leitura, o Presidente da Mesa submeteu à aprovação, em simultâneo, o Relatório de Atividades e a Conta de Gerência, bem como a aplicação do resultado líquido do período em Resultados Transitados, o que foi aprovado por todos os irmãos presentes. Antes de encerrada a sessão o Presidente anunciou que o senhor Provedor, no decurso dos trabalhos, lhe havia feito chegar uma proposta no sentido de a Assembleia deliberar sobre a atribuição de remuneração pelo trabalho prestado à Instituição por um membro suplente da Mesa Administrativa, fixando o seu montante. Considerando que, não obstante se tratar de matéria da exclusiva competência da Assembleia Geral, de harmonia com o comando normativo do n.º 2 do artigo 16º do Compromisso, a proposta foi liminarmente rejeitada já que a mesma não constava da Ordem de Trabalhos. Assim, a Assembleia não tomou dela conhecimento e, conseqüentemente, não procedeu à sua discussão. O senhor Presidente agradeceu a presença dos irmãos, a quem desejou uma Santa Páscoa, e solicitou ainda à Assembleia que fosse concedido um voto de confiança à Mesa para elaboração e aprovação da presente ata, com efeitos imediatos, nos termos do número cinco do artigo décimo nono do Compromisso da Irmandade, o que mereceu a concordância por unanimidade, e deu por encerrada a Assembleia Geral. Para constar lavrou-se a presente ata que vai ser devidamente assinada.

União Filipe Garrido Paiva de Sousa
Mário Santos Santos
Mário António Machado Leão Reis